REGIÃO, SERTÃO, NAÇÃO

Janaína Amado

Uma categoria espacial

No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de “sertão”. Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preñbe de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referencias essenciais. Que seria de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões, como pensá-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão “sertão” para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro

estado, São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, “sertão de dentro” refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul, “sertão de fora” também nomeia área de fronteira, porém situada... no Uruguai!

“Sertão” é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata”.

Uma categoria do pensamento social

“Sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nos-

Nota: Este artigo deve muito ao curso de pós-graduação “Região, Sertão, Nação”, ministrado na UnB por mim e pelos profs. Mireya Suarez e Luiz Tarley de Aragão, do Departamento de Antropologia. Os debates então realizados, entre nós e com o excelente grupo de alunos, inspiraram várias idéias aqui expostas, mesmo aquelas com as quais somente eu concordo.

sa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975). No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, "sertão" chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira.

Os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e identificados com a historiografia ali produzida, como Varnhagen, Capistrano de Abreu (1975 e 1988) e Oliveira Viana (1991), utilizaram e refinaram o conceito. Outros historiadores importantes do período, como Euclides da Cunha (1954) e Nelson Werneck Sodré (1941), em sua fase pré-marxista, e, posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda (1957 e 1986) e Cassiano Ricardo (1940), trabalharam, de diferentes formas, com a categoria "sertão".

A partir da década de 50, o tema não foi mais tão candente entre os historiadores. Permaneceu, entretanto, importante na análise de sociólogos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e Maurício Vinhas de Queiroz, e de alguns poucos antropólogos, como Neide Esterici (1972) e Otávio Velho (1976).

Na década de 90, reapareceu em obras de historiadores, como Giucci e Monteiro. Vivido como experiência histórica, "sertão" constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação.

Uma categoria cultural

"Sertão" ocupa ainda lugar extremamente importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas. Como apontaram, entre outros, Afrânio Coutinho (1955), Antônio Cândido (1964), Fernando Cristóvão (1993-94), Gilberto Mendonça Teles (1991) e Walnice Nogueira Galvão (1981), "sertão" freqüenta com assiduidade a literatura brasileira desde a poesia romântica do século XIX (Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Castro Alves, etc.), passando pela prosa romântica (Bernardo Guimarães e, principalmente, José de Alencar, em *O sertanejo*), atingindo enorme importância na literatura realista, em autores como Franklin Távora, Coelho Neto e Afonso Arinos.

Grande parte da denominada "literatura regionalista" tem o sertão como *locus*, ou se refere diretamente a ele. A chamada "geração de 1930" (Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, etc.), por sua vez, é a principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. Entretanto, talvez o maior, mais completo e importante autor relacionado ao tema tenha sido João Guimarães Rosa (1965), o evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situados ao mesmo tempo em espaços externos e internos. O tema continuou a ser abordado por vários autores (Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro são apenas exemplos), chamando a atenção de escritores recentemente editados, como Francisco J.C. Dantas, em *Os desvalidos* (1993). A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro.

Paralelamente, “sertão” tem estado presente em outras artes como a pintura, o teatro, o cinema e, em especial, a música e ocupado espaços amplos nos meios de comunicação, antigos e atuais: em revistas, jornais, rádios e também na televisão, onde tem inspirado programas humorísticos, casos especiais e diversas novelas. Talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira: “O sertão está em toda parte; o sertão está dentro da gente”, sabia Guimarães Rosa (1965).

Uma categoria construída durante a colonização

A seguir, é realizado um exercício modesto, no sentido de identificar, no período colonial brasileiro, algumas facetas desse primeiro momento histórico de construção da categoria “sertão”. Parte de uma pesquisa mais ampla, representa a primeira tentativa de sistematização do tema.

Talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa (Cortesão, 1958:28). A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam: “Para além de Ceuta, até onde alcançam as vistas, estendem-se os certões...”, escreveu, em 1534, Garcia de Resende (Godinho, 1990:96).

Segundo alguns estudiosos (Nunes, 1784:428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (Teles, 1991), proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado,

embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). Desde o século XVI, as duas grafias foram empregadas por numerosos viajantes e cronistas do nascente império português na África, Ásia e América, com o sentido já apontado, de grandes espaços interiores, pouco ou nada conhecidos: “... e os príncipes dela se foram a el Rei, requerendo-lhe que fizesse paz com os portugueses, se não que se iriam todos para o certão”, escreveu Damião de Góis; “... com que cortam por esse certão espaço de mais de quinhentas léguas, se vão meter no mar da China e da Cochinchina”, relatou Fernão Mendes Pinto (Godinho, 1983:145,173).

“Sertão” foi ainda largamente utilizado, até o final do século XVIII, pela Coroa portuguesa e pelas autoridades lusas nas colônias. No Brasil, são numerosíssimos os exemplos disso na documentação oficial: “Se lhes fazia certo haver nos sertões da América minas de ouro, prata e pedras preciosas” (resposta de D. João V, em 1721, ao pedido de licença de Bartolomeu Bueno da Silva e outros, para organizar bandeira rumo a Goiás); “Se os não puder obter (os recursos solicitados), Senhor, não sei o que será feito desses fiéis servos de Vossa Majestade, abandonados à sorte cruel entre os sanguinários selvagens habitantes desses certões.” (Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1778).

Note-se que a descoberta, a partir do final do século XVII/início do XVIII, de grande quantidade de ouro, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e as conseqüentes explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantação da pesada burocracia lusa não foram capazes de modificar substancialmente os significados de “sertão”:

“Farto já o dito Raposo (Tavares), ou tendo ouro que bastava à sua am-

bição (...) ou receoso de que com aquela fama se ajuntasse algum poder maior que o destruísse, se ausentou com os seus pelo mato dentro para estes sertões, tendo minerado no dito riacho (...) e neste tirou todo o ouro que levou, em que falou sempre com vivacidade (...)" (Vianna, 1935:81)

Já em 1813, o governador de Goiás, Delgado Freire, em carta a parente em Lisboa, saudava com entusiasmo sua "próxima saída desses infernais sertões".

No início do século XIX, "sertão" estava de tal modo integrado à língua usada no Brasil, que os viajantes estrangeiros em visita ao país registraram a palavra, utilizando-a várias vezes em seus relatos: Pohl (1976:249,287), por exemplo, mencionou os "vastíssimos sertões goianos", e chamou a atenção para "essa área perdida, escondida, esse sertão das Gerais", enquanto Saint-Hilaire (1937:378) usou "sertão" em mais de um livro, sempre designando "as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo 'despovoadas', refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso". De forma simplificada, pode-se afirmar, portanto, que, às vésperas da independência, "sertão" ou "certão", usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denotava "terras sem fé, lei ou rei", áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios "selvagens" e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.¹

Nesse sentido, "sertão" foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido

dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados –, acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.

Assim, no Brasil colonial, "sertão" tanto designou quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados – "...seja porque desses imensos sertões quase nada ainda apuraram..." (Sousa, 1974:138) –, como adquiriu uma significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, à localização onde se encontrava o enunciante, ao emitir o conceito. Disso decorreram conseqüências importantes. Primeiro: como os portugueses, na expressão de Salvador (1975:35), se mantiveram muito tempo "arranhando a costa, como curanguejos", aí concentrando as atividades econômicas significativas, construindo os núcleos urbanos importantes e instalando as instituições e autoridades responsáveis pela colonização, este foi o ponto de observação privilegiado, ao longo dos três primeiros séculos, para a construção da categoria "sertão". Desde o litoral, "sertão" foi constituído.

Por isso, desde os primeiros anos da Colônia, acentuando-se com o passar do tempo, "litoral" e "sertão" representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral (ou "costa", palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização (Freyre, 1977; 1984). "Sertão", já se viu, designava não apenas

os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura. Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tomando-se ininteligível, e vice-versa: “... determinou que entrassem pelos certões, para ali erigir litorais” (Prado, 1961:137); “Sem ele (o sertão) não se concebe a vida: ‘por os moradores não poderem viver sem o sertão’, proclamam-no os oficiais da Câmara numa verreação de mil e seiscentos e quarenta anos” (Machado, s.d.: 231).

Para o colonizador, “sertão” constituiu o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que outro, porém; senão o próprio eu invertido, deformado, estilhaçado? A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram as próprias identidades: “A assimilação conceitual do Outro geográfico introduziu uma tensão dialética dentro do ponto de vista do mundo europeu que determinou como a Europa percebeu o mundo de fora e, mais importante, tornou-se virtualmente indispensável para a concepção de si mesma”, explicou Bassin (1991:764), complementado por Hurbon (1993:205-16) e Mazzoleni (1992:5-22), entre outros.

Como o conceito de “sertão” foi construído pelos portugueses, dependendo, para ser expresso, da localização do seu enunciante – geralmente um colonizador –, disso decorreu outra consequência importante: durante a época colonial (à medida, portanto, que a colonização avançava sobre as terras), “sertão” foi

empregado para nomear áreas tão distintas quanto, por exemplo, o interior da capitania de São Vicente (Prado, 1961:234), a atual Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro (Santos, 1965:118), a Amazônia (Jobim, 1957:179), a cidade do Recife (Freyre, 1977a:147), a capitania de Minas Gerais (Goulart, 1961:49), as áreas contíguas ao Recôncavo Baiano, plantado com cana-de-açúcar (Brandão s.d.:28), o aldeamento indígena de Mossamedes, no atual Goiás (Souza, 1978:12), e a ilha de Santa Catarina (Prado, 1961:337)! Se, para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro, desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para o bandeirante paulista do século XVII ou XVIII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos mas dourados, fontes de mortandades e riquezas, *locus* do desejo; para os governantes lusos dessas mesmas capitanias, entretanto, o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados, em seus tão bons serviços prestados à Coroa... Variando segundo a posição espacial e social do enunciante, “sertão” pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos.

Finalmente: se foi erigido como categoria pelos colonizadores e absorvido pelos colonos, em especial pelos diretamente relacionados aos interesses da Coroa, “sertão”, necessariamente, foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade

dade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. Desde o início da história do Brasil, portanto, figurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava.

No início do século XIX, em Portugal a palavra "sertão" esvaziou-se dos significados que tivera para os portugueses (espaços amplos, desconhecidos, longínquos), tomando-se sinônimo de "interior": "Sertão, s.m. O interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa; O sertão toma-se por mato longe da costa" (Silva, 1922:693); a mesma fonte registra uma segunda acepção da palavra, bastante curiosa: "O sertão da calma, i.é., o lugar onde ela é mais ardente; Lobo: 'metendo-se pelo sertão da calma, que naquele tempo fazia'". Já o *Dicionário português*, de 1874 (p. 625) registra apenas a primeira acepção: "Sertão ou certão, s.m. O interior, o coração das terras, o coração mediterrâneo, em oposição ao marítimo".

É possível que, em Portugal, "sertão" tenha sido uma categoria muito importante, para a classificação e hierarquização dos espaços do império português. À medida que este império se decompunha, "sertão" perdia seus significados, até guardar apenas o original, anterior à constituição das colônias: o de "interior".

Enquanto isso, no Brasil, durante o século XIX, ocorria processo inverso: os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de "sertão", antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando "sertão" numa categoria essencial para o entendimento de "nação".

Mas isso é outra história, ou, ao menos, uma continuação desta: fica, portanto, para outro artigo.

Notas

1. Para uma análise semelhante à aqui desenvolvida sobre essa acepção de "sertão", cf. Amado (1990) e Dean (1990).

Referências bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. 1988. *Capítulos de história colonial*. São Paulo, Edusp.
- . 1975. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- AMADO, Janaína. 1990. "The frontier in comparative perspective: the United States and Brazil", em *Frontiers in comparative perspectives*. Washington D.C., The Woodrow Wilson Center.
- BASSIN, Mark. 1991. "Inventing Siberia: visions of the Russian East", *The American Historical Review*, v. 96, n 3.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. s.d. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Mundos.
- CÂNDIDO, Antônio. 1964. *Formação da literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo, Martins.
- CORTESÃO, Jaime. 1958. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa, Arcádia. v. 1.
- CRISTÓVÃO, Fernando. 1993-94. "A transfiguração da realidade sertaneja e sua passagem a mito". *Revista USP*, dez./jan./fev., (20):43-53.
- COUTINHO, Afrânio. 1955. *Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Sulamericana v. 2.
- CUNHA, Euclides da. 1954. *Os sertões*. 23ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- DANTAS, Francisco C. 1993. *Os desvalidos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DEAN, Warren. 1990. "The frontier in Brazil", em *Frontiers in comparative perspectives*, Washington D.C., The Woodrow Wilson Center.
- DICIONÁRIO PORTUGUÊS. 1874. Lisboa, Ed. do Porto.

- ESTERCI, Neide. 1972. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).
- FREYRE, Gilberto. 1977. *Sobrados e mocambos*. 5ª ed. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/MEC. t. 1.
- . 1977a. *Ingleses no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/MEC.
- . 1984. *Casa grande e senzala*. 24ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. 1981. *Gatos de outro saco*. São Paulo, Brasiliense.
- GODINHO, Vitorino. 1990. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar*. Lisboa, Difel.
- . 1983. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, Presença. v. 1.
- GOULART, José Alípio. 1961. *Tropas e tropetras na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. 1945. *Monções*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- . 1957. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1986. *O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense.
- HURBON, Laënnec. 1993. *El bárbaro imaginario*. México, Fondo de Cultura Económica.
- JOBIM, Anísio. 1957. *O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MACHADO, Alcântara. s.d. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins.
- MAZZOLENI, Gilberto. 1992. *O planeta cultural*. São Paulo, Edusp.
- NUNES, Duarte. 1784. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa, s.ed.
- POHL, Johann Emanuel. 1976. *Vlagem ao interior do Brasil*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia.
- PRADO, J. F. de Almeida. 1961. *São Vicente e as capitanias do Sul do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- RICARDO, Cassiano. 1940. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ROSA, João Guimarães. 1965. *Grande sertão: veredas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SALVADOR, Frei Vicente do. 1975. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1937. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. t. 2.
- SANTOS, Noronha. 1965. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
- SILVA, Antonio de Moraes. 1922. *Dicionário da língua portuguesa* (fac-símile da 2ª edição, 1813). Rio de Janeiro, Oficinas da S.A. Litho-Tipographia Fluminense.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1941. *Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SOUSA, Gabriel Soares de. 1974. *Notícia do Brasil*. Brasília, MEC.
- SOUZA, Luiz Antônio da Silva. 1978. *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás*. Goiânia, Sudeco/Governo do estado.
- TELES, Gilberto Mendonça. 1991. "O lugar do sertão na poesia brasileira", em Silvia Menezes-Leroy. *Sertão: realidade, mythe, fiction*. Rennes, Colloque International, mimeo.
- VELHO, Otávio. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel.
- VIANA, Oliveira. 1991. *Ensaio inédito*. São Paulo, Unicamp.
- VIANNA, Urbino. 1935. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

(Recebido para publicação em junho de 1995)

Janaína Amado é professora no Departamento de História da Universidade de Brasília.